

Ata da Assembleia Geral Número Um de Dois Mil e Catorze

---- Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e catorze, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos em Lisboa, por convocatória enviada via correio eletrónico para todos os associados, a Assembleia Geral da Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima (ASPPM) reuniu em sessão ordinária na sua sede e por videoconferência para discutir e deliberar a seguinte ordem de trabalhos: ***

1. Discussão e Votação do Relatório de Contas e Atividades da Direção Nacional referente ao ano de dois mil e treze; ***
2. Discussão e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e catorze; ***
3. Discussão e Votação de propostas de aplicação de sanções disciplinares de expulsão nos processos por incumprimento do pagamento de quotizações; ***
4. Discussão de proposta de alienação da embarcação "MACARÉU"; ***
5. Discussão e Votação de propostas de alteração dos Estatutos da ASPPM e dos seguintes Regulamentos: ***
 - a) Regulamento Interno; ***
 - b) Regulamento do Cartão de Sócio; ***
 - c) Regulamento do Prémio "Agente José Marques Ferreira"; ***
 - d) Regulamento de Apoio Jurídico; ***
 - e) Regulamento de Utilização da embarcação "MACARÉU"; ***
6. Fixação do montante das quotizações para o ano de dois mil e catorze; ***
7. Fixação de Joia de Inscrição e Readmissão; ***
8. Fixação de taxa diária de utilização da embarcação "MACARÉU"; ***
9. Fixação de taxa de emissão de segunda via do Cartão de Sócio; ***
10. Seleção de candidatos ao Prémio "Agente José Marques Ferreira"; ***
11. Marcação do local de organização do vigésimo terceiro Aniversário da ASPPM; -
12. Diversos (Discussão de assuntos de carácter geral com interesse para a ASPPM). ***

---- Deu-se início à reunião, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, com os seguintes associados: ***

Sede – João Silva, Joaquim Soares, Luís Nazaré, Mário Rodrigues, Paulo Oliveira, Rui Veiga, José Pires, Américo Pereira, Raminhos Cunha, José Santos; ***

Por videoconferência no Funchal – Barreiros Silva, Arnaldo Carmelo, Faísca, Silveira; ***

Por videoconferência nos Açores – Valdemar Pedrosa e Silva Miguel. ***

----Os trabalhos foram interrompidos das treze horas até às treze horas e quarenta minutos. ***

---- **Primeiro ponto** - Discussão e Votação do Relatório de Contas e Atividades da DN referente ao ano de dois mil e treze. ***

---- O Presidente da Direção Nacional (PDN) efetuou uma pequena resenha de toda a atividade promovida no ano transato pela Direção Nacional (DN), tendo abordado os seguintes temas: o trabalho desenvolvido pela Comissão Auditora às quotizações em atraso, resultando em cento e setenta e nove avisos a associados para regularização de quotas em atraso, tendo vinte e um destes recusado o pagamento das quotizações em dívida; salientou que foi dado apoio jurídico a vários associados. No âmbito da atividade local foram encontradas algumas dificuldades em alguns Comandos Locais da PM; na atividade externa, referiu-se à realização do vigésimo segundo Aniversário da ASPPM, decorrido na cidade de Aveiro, com a presença de diversas personalidades, bem como da realização da primeira Conferência realizada pela ASPPM, no auditório da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa; a DN participou em doze reuniões no âmbito da Comissão Coordenadora Permanente, bem como em cinco outros eventos, tendo quatro reuniões com os grupos Parlamentares e uma reunião com a Autoridade Marítima Nacional (o PDN efetuou alguns esclarecimentos à Assembleia Geral sobre o teor de tal reunião); também referiu que foi dirigido pela ASPPM à Procuradoria-Geral da República uma queixa referente à inconstitucionalidade e ilegalidade do Decreto-lei nº 235/2012, bem como de um vídeo da responsabilidade da Marinha, onde aparecem elementos da PM; foram celebrados protocolos entre a ASPPM e o ISCAC, com a Faculdade de Direito de Lisboa e com o concessionário da "YAMAHA" MJ Paiva; foram efetuadas duas comunicações à imprensa escrita e foram dadas

entrevistas; durante o ano transato foram admitidos sete novos sócios, sete sócios demitiram-se, tendo sido efetuada a exclusão por motivo de falecimento dos associados Aprígio Laranjeira e de Adriano Martins; culminando a sua intervenção referindo a existência de trezentos e sessenta e dois sócios não isentos. ***

---- Foi dada a palavra ao Tesoureiro da ASPPM, Mário Rodrigues, que passou a apresentar o Relatório de Contas do ano de dois mil e treze, referindo que resultou numa receita no valor de dezanove mil e vinte e nove euros e quarenta e dois cêntimos e numa despesa no valor de dezasseis mil e oitocentos e vinte e sete euros, fazendo uma chamada de atenção para um ponto, passando a explicar que quando esta DN tomou posse em treze de Abril, foi recebido da DN cessante uma receita referente ao ano de dois mil e treze no valor de cinco mil e quinhentos e setenta e oito euros e setenta e três cêntimos e uma despesa no valor de quatro mil e cento e vinte e dois euros e setenta e quatro cêntimos, referindo que existem algumas diferença entre os valores apresentados pela antiga DN e os apurados por esta DN, nomeadamente discrepâncias entre valores em numerário que aparecem representados nos balancetes, acrescentando que nunca viu nenhum numerário, desconhecendo se foi depositado no banco ou ficou em caixa. Referiu que transitou para o ano de dois mil e catorze – dezoito mil e oitocentos e trinta e seis euros e quarenta e um cêntimos, acrescentando que até ao final de Fevereiro de dois mil e catorze já haviam sido contabilizados mais quatro mil e seiscentos e noventa e oito euros e dezoito cêntimos, e uma despesa de seis mil e sessenta e sete euros e quarenta e dois cêntimos. ***

---- O Tesoureiro ainda prestou esclarecimentos sobre o Orçamento para dois mil e catorze, tendo referido que se prevê uma receita de vinte e um mil e novecentos e sessenta euros, valor referente a quotizações, complementado com uma receita extraordinária de mil e seiscentos e cinquenta euros, totalizando o valor de vinte e três mil e seiscentos e dez euros, também acrescentou que as despesas serão idênticas à receita. Ainda ressaltou o facto de que a maioria dos associados com quotizações em atraso têm vindo a regularizar a sua situação. ***

---- Entretanto, foi dada a palavra aos associados presentes, tendo sido efetuadas as seguintes intervenções: ***

---- Associado Américo Pereira, solicitou esclarecimentos ao Tesoureiro sobre a discrepância apurada entre as contas da anterior DN e da atual, salientando a

necessidade de se apurar o sucedido com o valor total apurado de três mil quatrocentos e sessenta euros e noventa e cinco cêntimos. ***

---- O Tesoureiro esclareceu que poderão ter ocorrido erros na inserção de valores por parte da anterior DN, referindo que já havia questionado o Tesoureiro e o PDN da anterior DN sobre a localização desse dinheiro, não tendo obtido respostas esclarecedoras. ***

---- Foi dada a palavra ao associado Valdemar Pedrosa, tendo este complementado o anteriormente dito pelo Tesoureiro, que, segundo sua opinião, terão existido erros de inserção de dados nos balancetes elaborados pela anterior DN, existiu um trânsito no valor de seiscentos e onze euros e sessenta cêntimos de dois mil e doze para doze mil e treze, aparentemente este montante é negativo, não pode existir numerário negativo, levantando a questão: “porque estão a subtrair esse montante?” Ainda referiu que este valor está apresentado no Relatório em discussão como uma imparidade. Ainda acrescentou que futuramente noutra AG esta situação será abordada, no intuito de serem prestados mais esclarecimentos mas esclareceu que, os sócios na efetividade a transitar para o ano de dois mil e doze não são trezentos e sessenta e dois, mas sim trezentos e sessenta e seis, tendo solicitado que fosse consultada a demonstração de resultados do Balanço Social, ainda sublinhou o fato do associativismo ser uma atividade bastante morosa. ***

---- Foi então posto à votação da AG o Relatório de Contas e Atividades da DN em dois mil e treze, com os seguintes resultados: ***

---- Sede – dez votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor; ***

---- Açores – dois votos a favor. ***

---- **Aprovado por unanimidade.** ***

---- **Segundo ponto** - Discussão e Votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e catorze. ***

---- Dado o uso da palavra ao PDN, o qual esclareceu a Assembleia do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e catorze nos seguintes termos: ***

- Está prevista uma consolidação do orçamento para o ano corrente, face ao pagamento das quotizações em atraso; ***
- Prevê-se a organização da segunda Conferência organizada pela ASPPM; ***
- A DN tem como objetivo a aproximação da ASPPM aos seus Associados, no sentido de prestar esclarecimentos relativamente aos seus intentos; ***
- Também pretende-se instar os Associados a pagarem as quotizações, motivando-os para o direito de cumprimento do respetivo pagamento; ***
- Está a ser equacionada a publicação de um Livro ou de um Boletim Informativo, bem como a distribuição do escrito da primeira Conferência organizada pela ASPPM no ano transato; ***
- Ainda referiu que esta DN tem como objetivos durante este mandato dois pontos orientadores: a Proposta de alteração dos Estatutos do Pessoal da PM, o aumento de ordenados e a discussão da carga horária imposta aos seus profissionais. ***
- Para a apresentação e esclarecimentos mais detalhados do Orçamento para o ano de dois mil e catorze, o Tesoureiro fez uso da palavra nos seguintes termos:
- O Orçamento de dois mil e catorze tem o valor de vinte e três mil e seiscentos e dez euros; ***
- Estão previstas diversas reduções de despesas, salientando os valores despendidos com a Sede, bem como as despesas a nível bancário; ***
- Sublinhou o facto de existir um encargo com a embarcação "MACARÉU" no valor de novecentos euros, segundo sua opinião a embarcação é só uma despesa para a ASPPM; ***
- Também poderá existir uma redução do valor do prémio "Agente José Marques Ferreira" que irá contribuir para a diminuição da despesa anual; ***
- Foi solicitado pelo PDN e pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral que o Tesoureiro efetuasse um breve sumário do Orçamento para dois mil e catorze, uma vez que os Associados localizados na Madeira não tinham em seu poder o respetivo documento para puderem consultar; ***
- O Tesoureiro efetuou uma adenda ao Orçamento referente às despesas, referindo que tem havido um acréscimo nas receitas e que está contemplado no valor

orçamental apresentado, contudo poderá não ocorrer esse acréscimo, o que provocará também a diminuição do valor das despesas, ou seja este valor para o orçamento poderá oscilar. ***

---- Foi dado o uso da palavra aos Associados que se manifestaram: ***

- O associado Valdemar Pedrosa, referiu que se deverá adequar o orçamento aos sócios existentes. ***

- O associado José Pires disse que o Estatuto do Pessoal da PM é um documento essencial, pois a não alteração deste diploma está a originar a falta de dignidade da PM, não deixando progredir a Instituição. ***

---- Em resposta à intervenção anterior o PDN no uso da palavra, esclareceu que, durante a última reunião tida com a Exma. Sra. Secretária de Estado, foi proposto por esta DN a revisão do Estatuto do Pessoal da PM, mas esta foi irredutível na alteração ao diploma em causa. Ainda assim, esta DN também encetou esforços junto do Grupo Parlamentar do PSD, do Comandante-geral da PM e também da Autoridade Marítima Nacional, para a necessidade de alteração de tal diploma. ***

---- Assim foi posto à votação da AG o presente ponto, obtendo-se os seguintes resultados: ***

---- Dez votos a favor, na Sede; ***

---- Dois votos a favor, nos Açores; ***

---- Quatro votos a favor, na Madeira. ***

---- **Foi aprovado por unanimidade o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de dois mil e catorze.** ***

---- O associado Raminhos Cunha abandonou a AG. ***

---- **Terceiro ponto** – Discussão e Votação de propostas de aplicação de sanções disciplinares de expulsão nos processos por incumprimento do pagamento de quotizações. ***

---- O PDN iniciou a discussão do ponto em causa esclarecendo a AG de que a DN empregou todos os esforços para que os associados com quotizações em atraso regularizassem o respetivo pagamento, após avisados por escrito do valor de quotas em atraso, foi efetuada alguma insistência através dos representantes locais

e nalguns casos, pela própria DN, tendo então iniciado os respetivos processos disciplinares, começando com a nomeação do inquiridor - o Vice-Presidente da Direção Nacional (VPDN), Luís Nazaré – foram enviadas as notificações de acusação, após a atribuição do prazo de dez dias para a apresentação de defesa, de seguida foi elaborado o respetivo relatório final. O PDN sublinhou ainda que nenhum dos acusados apresentou a sua defesa sobre os factos que lhes eram imputados, estando os processos disponíveis para consulta. ***

---- Então o VPDN fez uso da palavra, passando a referir os vinte e um associados sancionados com a pena disciplinar de expulsão, lendo o número de sócio e o respetivo nome: ***

---- Número vinte e três, Fernando Rodrigues; ***

---- Número quarenta e dois, António Oliveira; ***

---- Número cento e cinquenta e cinco, José Esteves; ***

---- Número cento e setenta, Mário Paiva; ***

---- Número duzentos e trinta e três, Nelson Barreto; ***

---- Número duzentos e cinquenta e quatro, Paulo Gil; ***

---- Número duzentos e cinquenta e sete, Rui Marques; ***

---- Número duzentos e sessenta, Belmiro Silva; ***

---- Número duzentos e setenta e três, Victor Pinhal; ***

---- Número trezentos e onze, Miguel Silva; ***

---- Número trezentos e quinze, Joaquim Galego; ***

---- Número trezentos e vinte e sete, Marco Ferro; ***

---- Número trezentos e cinquenta e seis, David Pombeiro; ***

---- Número trezentos e setenta e seis, Mário Tomé; ***

---- Número trezentos e noventa e um, Joaquim Pires; ***

---- Número trezentos e noventa e cinco, Luís Oliveira; ***

---- Número quatrocentos, Mário Cruz; ***

---- Número quatrocentos e quarenta e seis, Susana Gomes; ***

---- Número quatrocentos e sessenta e oito, Pedro Pedro; ***

---- Número quatrocentos e noventa e três, Hugo Seixo; ***

---- Número quinhentos e dez, Sílvia Pereira. ***

---- Foi solicitado aos associados presentes na AG se alguém pretendia fazer uso da palavra, tendo então falado os seguintes: ***

---- O associado Rui Veiga evidenciou os esforços feitos pela DN no sentido de sensibilizar todos os associados incumpridores para a regularização das suas quotas em atraso. ***

---- O associado Barreiros Silva solicitou esclarecimento sobre o associado Nº trezentos e sessenta e quatro, Frederico Farinha, o qual lhe manifestou desejo de deixar de ser sócio. ***

---- O PDN respondeu que o associado em causa não está na lista supra referida, uma vez que não foi promovido o respetivo processo disciplinar. ***

---- Foi efetuada a votação sobre a aplicação de pena disciplinar de expulsão aos vinte e um associados atrás mencionados, com os seguintes resultados: ***

---- Nove votos a favor – Sede; ***

---- Dois votos a favor – Açores; ***

---- Quatro votos a favor – Madeira. ***

---- **Foi aprovado por unanimidade a aplicação da pena disciplinar de expulsão aos vinte e um associados em causa.** ***

---- **Quarto ponto** – Discussão de proposta de alienação da embarcação “MACARÉU”. ***

---- O PDN começou por tecer esclarecimentos sobre o assunto em questão, começou por referir que a embarcação “MACARÉU” tem sido uma bandeira anti associativa, pois é vista como meio de usufruto dos Associados que residem na zona da grande Lisboa, não abrangendo todos os Associados a nível nacional, não sendo pois o modelo atual de utilização da embarcação o melhor. Ainda referiu que, a manter a embarcação, terá de ser equacionado outro modelo de utilização que permita a sua utilização por todos os Associados, mesmo aqueles que se encontram nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Acrescentou também que a taxa

de utilização da embarcação é insuficiente para fazer face às despesas de manutenção, assim urge encontrar uma solução em harmonia com os interesses da globalidade dos Associados. Neste sentido, a DN propõe a alienação da mesma, pelo melhor preço, ou a alteração do modelo de gestão e utilização. ***

---- O associado Américo Pereira solicitou intervir neste ponto da seguinte maneira:

- Qual a utilização da embarcação? – Serve quem? – Ainda referiu que em sua opinião julga que a embarcação deve de ser alienada. ***

---- No intuito de que os presentes na AG tomassem conhecimento de como havia surgido a embarcação no património da ASPPM, o PDN esclareceu que existiu uma primeira embarcação que foi oferecida à Associação, tendo esta sido alvo de um acidente, assim a embarcação (com preço de venda de sete mil euros) foi adquirida pelo valor de mil e quinhentos euros, sendo o restante dinheiro proveniente da indemnização efetuada pela empresa seguradora sobre a perda da embarcação inicial. Como se trata de património da ASPPM todos os associados deverão de poder usufruir da embarcação, pelo que sugere, caso não seja alienada, uma nova regulamentação para que a sua utilização seja mais justa. ***

---- O associado José Santos referiu que, naquela altura, a embarcação terá sido uma boa aquisição, mas que neste momento não está a ter nenhum uso, pelo que é a favor da sua alinação. ***

---- Também interveio o associado Faísca que referiu que se deve manter a embarcação no património da ASPPM, sublinhando o facto de ter sido um grande utilizador da mesma. ***

---- Valdemar Pedrosa, disse que já havia proposto a alinação da embarcação, justificando que esta é uma arma de arremesso, bem como não é auto financiada.

---- O VPDN Luís Nazaré solicitou a manutenção da embarcação até ver se é suportável pela ASPPM, referindo que a embarcação nunca deverá ser utilizada em missões da Polícia Marítima. ***

---- Entretanto foram apresentadas outras propostas de associados, tendo o sócio Faísca manifestado intenção de comprar a embarcação, desde que lhe fosse reservado lugar para a mesma numa marina. ***

---- Também foi referido pelo sócio Américo Pereira de modo a evitar a alienação, propunha que se fizesse um aluguer anual. ***

---- O PDN ainda referiu que para se alugar a embarcação anualmente, além dos quinhentos euros de encargos anuais, terá de se acrescentar custos com a sua mobilização, também de cinco em cinco anos esta tem de ser vistoriada. ***

---- Então foi apresentado o presente ponto a votação, obtendo-se o seguinte escrutínio: ***

---- Sede – cinco votos a favor, três abstenções e dois votos contra; ***

---- Madeira – três votos a favor e um voto contra; ***

---- Açores – dois votos a favor. ***

---- **Foi aprovado por maioria a alienação da embarcação “MACARÉU”.** ***

---- Entrou na AG o associado e Vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral, Luís Carvalho. ***

---- **Quinto ponto - Discussão e Votação de propostas de alteração dos Estatutos da ASPPM e dos Regulamentos:** ***

---- O PDN iniciou a apresentação das proposta de alteração aos Estatutos da ASPPM e do Regulamento Interno (RI), esclarecendo que foram enviadas as respetivas propostas por correio eletrónico a todos os associados, tendo então passado a explicar as alterações mais significativas do seguinte modo: ***

---- Que durante um ano de mandato foram encontradas algumas lacunas nos diplomas em discussão, reiterando a necessidade de aperfeiçoamento dos mesmos;

---- No art.º dezassete, dos Estatutos, Representante Regional, a existência de um novo elemento, referindo que se trata de uma lacuna no anterior regulamento; ***

---- No art.º sete, dos Estatutos, Quotização, neste artigo é prevista a suspensão do pagamento da quotização quando o associado está em carência financeira, ficando o sócio sujeito a perda do direito de voto, capacidade eleitoral e de assistência jurídica; ***

---- Nos artigos cinco e seis, do RI, foram criadas normas para os processos de admissão e readmissão que não existiam; ***

---- O PDN disponibilizou-se a efetuar esclarecimentos sobre as propostas de alteração dos diplomas em causa. ***

---- Foi dado o uso da palavra ao sócio José Pires, que teceu algumas considerações sobre as propostas, nomeadamente no número um do artigo seis, dos Estatutos, referindo que deveria de estar a palavra “aposentação” em vez de “reforma”; no artigo sete dos Estatutos, pede esclarecimentos sobre a suspensão e a isenção de pagamento das quotizações. ***

---- O PDN esclareceu que relativamente ao primeiro apontamento feito pelo sócio José Pires, deve-se a um erro de escrita, que efetivamente se deveria constar a palavra “aposentação”; sobre a diferença entre suspensão e isenção referiu que relativamente à suspensão não se trata de uma medida disciplinar, mas sim de uma suspensão do pagamento da quota, sofrendo a perda de direitos associativos. Relativamente à isenção, não podendo existir Associados de primeira ou de segunda, uma vez que a ASPPM é uma associação de profissionais, estejam eles na efetividade de serviço ou na aposentação, como já estava anteriormente previsto o direito de isenção dos associados aposentados com filiação à pelo menos vinte anos, estes continuam com a isenção, porém não poderão ser associados em pleno direito. ***

---- José Pires também solicitou esclarecimentos relativamente ao artigo nove, dos Estatutos, no que diz respeito à obrigatoriedade da efetuação de convocatória. ***

---- O PDN refere que este artigo não foi alterado, no entanto esclareceu que em caso de situações de carácter urgente e/ou de resolução imediata a DN fica desobrigada desse dever. ***

---- José Pires ainda solicitou esclarecimentos sobre o artigo dezoito, especificamente aos chamados Postos da PM, os quais formalmente não existem, pois assim nesse caso irão existir em alguns Comandos com mais do que um Representante Local. ***

---- O sócio Américo Pereira propôs, uma vez que no início do artigo dezoito se refere a cada local de trabalho, que se deveria omitir do artigo as designações de Comandos e Postos da PM. ***

----O associado José Santos também solicitou alguns esclarecimentos, começando por referir que, relativamente ao artigo dezoito, dos Estatutos, o que importa é sublinhar os postos de trabalho, pois assim ficará mais simples e claro. Também

sublinhou outro aspeto, neste caso referente ao artigo dezassete, sobre os Representantes Regionais, qual a eficácia destes representantes? ***

---- O PDN respondeu que será mais fácil um Representante Regional recolher toda a informação associativa dos respetivos Representantes Locais para a poder transmitir à DN. ***

---- O associado Valdemar Pedrosa propôs à AG diversas alterações de afinação da redação sobre a proposta de alteração aos Estatutos, enunciando-as uma a uma, porém, face ao rol de alterações, aliado ao detalhe das mesmas, este sugeriu que faria chegar à MAG a sua proposta a *posteriori*. ***

---- O PDN no uso da palavra lembrou a AG que só está previsto na Ordem de Trabalhos a votação da proposta de alteração aos Estatutos apresentada pela DN, a qual foi enviada para os sócios, não se podendo votar individualmente as alterações às normas apresentadas sem prejuízo do interesse que estas tenham. ***

---- Também o PMAG referiu que são as propostas apresentadas pela DN que estão em discussão, mas havendo outras propostas de alteração, terão de ser apresentadas numa futura AG, pois não será exequível efetuá-las nesta AG. ***

---- Valdemar Pedrosa acabou por concordar, referindo que é importante nesta AG ficar decidida a alteração aos Estatutos, acrescentou também que prefere ceder as propostas que ele apresentou em prol do referido no artigo primeiro dos Estatutos, nomeadamente, que a ASPPM é uma associação profissional sem fins lucrativos.

---- O PDN então sugeriu ao PMAG que, neste momento, se faça a votação da alteração proposta pela DN, no entanto, se existirem sócios que queiram propor alterações aos diplomas, poderão fazê-lo, dirigindo-se à MAG e, futuramente, serão votadas. ***

---- O PMAG face ao anteriormente discutido, referiu que na próxima AG será introduzido um ponto na Ordem de Trabalhos para a apresentação, discussão e votação de alterações aos diplomas apresentados hoje, devendo os associados interessados manifestar essa intenção atempadamente ao PMAG. ***

---- Então foi posto à votação a proposta de alteração aos Estatutos da ASPPM obtendo-se o seguinte escrutínio: ***

---- Sede – dez votos a favor; ***

---- Açores – dois votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor. ***

---- Foi **aprovado por unanimidade** a quarta alteração aos Estatutos da ASPPM, alterando-se os artigos 1º nº 1, sendo acrescentado o nº 3, art.º 2º nºs 1 e 2, sendo acrescentado um nº 3, art.º 4º, art.º 5º nº 1 alínea d) e nº 2, art.º 6º nºs 1 e 2 e acrescentado os nºs 3 e 4, art.º 7º nºs 1, 2 e 3 e acrescentado um nº 4, art.º 8º passa a ter as alíneas a) a c), art.º 9º nº 4, art.º 11º, art.º 12º, art.º 13º nº 1, art.º 17º nºs 1, 2 e 3 e 18º nºs 1 e 2 dos Estatutos da ASPPM, retirar os parênteses dos preâmbulos dos artigos e dos títulos dos Capítulos, das Secções e Subsecções, e ainda as palavras que sofreram alteração segundo o novo acordo ortográfico, e que passam a ter a seguinte redação:

«CAPÍTULO I

Da denominação, âmbito, sede e duração

Artigo 1º

Denominação e âmbito

1 - A Associação Sócio Profissional da Polícia Marítima, adiante designada pela sigla ASPPM, é uma associação profissional sem fins lucrativos constituída por pessoal da Polícia Marítima, independentemente da situação relativa ao quadro da PM ou categoria na escala hierárquica.

2 - [...]

3 - A ASPPM pode estabelecer relações com estruturas análogas de âmbito internacional para prossecução dos seus objetivos.

Artigo 2º

Atividade e Sede Nacional

1 - A ASPPM é constituída por tempo indeterminado e exerce a sua atividade em todo o território nacional, assenta na participação direta dos associados a partir do local de trabalho ou da área de residência

2 - A ASPPM tem a sua sede na Avenida de Ceuta, Lote, 14, Loja 01 – 1350-410 Lisboa.

3 - Para efeitos do exercício da sua atividade representativa descentralizada, a coordenação da atividade da ASPPM estará a cargo de Representantes Regionais e Locais, sob a superintendência da Direção Nacional.

CAPÍTULO II
Dos princípios fundamentais e objetivos

Artigo 3º

Princípios

- 1- [...]
- 2- [...]
- 3- [...]

Artigo 4º

Objetivos

[...]

Artigo 5º

Objeto

- 1- Para tanto, a ASPPM, propõe-se:
 - a) [...]
 - b) [...]
 - c) [...]
 - d) Realizar iniciativas, tais como publicações, colóquios, conferências, congressos, atividades recreativas, desportivas e outras, tendentes ao desenvolvimento profissional, social e cultural dos associados.
- 2- Na prossecução da sua finalidade objetiva, a ASPPM utilizará os meios ao seu alcance legalmente admissíveis.

CAPÍTULO III

Dos associados

Artigo 6º

Direito de filiação

- 1- Têm direito a filiar-se na ASPPM todos os profissionais da Polícia Marítima, no ativo ou na reforma, independentemente da sua categoria, que se identifiquem com os princípios e objetivos da Associação.
- 2- A admissão de associados é processada nos termos definidos pelo Regulamento Interno.

- 3- No ato de inscrição é devido o pagamento de uma jóia de valor a fixar pela Assembleia-geral.
- 4- Excecionalmente poderão ser agraciados com o Título de Sócio Honorário ou Benemérito, pessoas singulares ou coletivas, nos termos definidos pelo Regulamento Interno da ASPPM.

Artigo 7º

Quotização

- 1- Cada associado contribui com uma quota mensal de valor a fixar anualmente pela Assembleia Geral.
- 2- Em situações de carência financeira os associados podem requerer a suspensão do pagamento da quotização nos termos previstos no Regulamento Interno.
- 3- Os associados em situação de aposentação que sejam sócios há pelo menos de 20 anos podem requerer isenção do pagamento de quotizações.
- 4- A suspensão ou isenção do pagamento de quotizações importa a perda do direito de voto, capacidade eleitoral e assistência jurídica.

CAPÍTULO IV

Da organização da Associação Sócio-Profissional da Polícia Marítima

SECÇÃO I

Disposições gerais

Artigo 8º

Órgãos Nacionais

São órgãos da ASPPM:

- a) Assembleia-geral;
- b) Direção Nacional;
- c) Conselho Fiscal.

Artigo 9º

Funcionamento dos órgãos

- 1- [...]
- 2- [...]
- 3- [...]

- 4- De cada reunião será elaborada ata a aprovar na reunião seguinte do respetivo órgão.

SECÇÃO II

Dos órgãos ao nível nacional

SUB-SECÇÃO I

Assembleia-geral

Artigo 10º

Composição

[...]

Artigo 11º

Funcionamento

A Assembleia-geral poderá funcionar de forma descentralizada, usando meios de comunicação à distância, em conformidade com o disposto no seu regulamento, e delibera validamente reunido que esteja o necessário quórum.

Artigo 12º

Mesa da Assembleia-geral

[...]

SUB-SECÇÃO II

Direção Nacional

Artigo 13º

Composição

1- [...]

2- [...]

3- A Direção Nacional dispõe de representação de nível regional e local.

Artigo 14º

Vinculações

[...]

Artigo 15º

Valor deliberativo

[...]

SUB-SECÇÃO III

Conselho Fiscal

Artigo 16º
Composição

[...]

SECÇÃO III
Representação Regional e local

Artigo 17º
Representantes Regionais

- 1- Em cada Comando Regional da PM será nomeado pela Direção Nacional um representante regional.
- 2- O representante regional é o elemento de coordenação associativa regional e interligação com os representantes locais.
- 3- O representante regional exerce a atividade associativa sob a superintendência da Direção Nacional.

Artigo 18º
Representante Local

- 1- Em cada local de trabalho, designadamente no Comando Geral, Comandos Regionais, Comandos Locais e Postos da Polícia Marítima, serão nomeados pela Direção Nacional, Representantes Locais da ASPPM.
- 2- O Representante Local é um elemento de dinamização e de coordenação das atividades da ASPPM nos locais de trabalho ou área de residência.

CAPÍTULO V
Dos meios financeiros e património

Artigo 19º
Fundos

- 1- [...]
 - a) [...]
 - b) [...]
 - c) [...]
 - d) [...]

2- As receitas em numerário dão entrada através de recibos ou guias devidamente numeradas rubricadas pelo Presidente ou Vice-Presidente da Direção Nacional e assinadas pelo Tesoureiro.

3- [...]

Artigo 20º

Gestão e contabilidade

1- [...]

2- [...]

CAPÍTULO VI

Da extinção e da dissolução da Associação

Artigo 21º

Partilha de bens

[...]

Artigo 22º

Casos Omissos

[...]»

----O Estatuto alterado é republicado como **Anexo A** à presente ata. ***

---- Continuação do quinto ponto, alínea a) discussão e votação do **Regulamento Interno** (RI), que se junta identificado como **Anexo B**. ***

---- O PDN enunciou as alterações mais significativas ao diploma, passando a enumerá-las e descrevê-las: ***

- Realçou a importância do pagamento de joia na admissão ou readmissão dos sócios, sublinhando o facto de assim passar a existir um formalismo; ***

- A criação de uma norma para o associado no caso da perda de qualidade por razões disciplinares; ***

- A obrigatoriedade de pagamento das quotas até ao primeiro dia de cada mês, com tolerância até ao oitavo dia, com posterior agravação de acréscimo de vinte e cinco por cento, previstos no artigo décimo primeiro; ***

- O artigo décimo segundo, sobre a isenção de pagamento das quotizações, tema também previsto nos Estatutos e já anteriormente abordado; ***

- O artigo décimo terceiro, não reversão das contribuições, também foi aprimorado;
 - No Capítulo III – Regime Disciplinar, foi criado um regime processual; ***
 - Na destituição de funções, prevista no artigo trigésimo sexto, alteração ao número três, os Presidentes dos Órgãos Nacionais serão substituídos pelos Vice-Presidentes e não por um dos Suplentes; ***
 - No abandono de funções, artigo trigésimo sétimo, também sofreu alterações; ***
 - No artigo trigésimo oitavo, Comissão Administrativa Plena, sofreu alterações no prazo passando de seis meses para três meses; ***
 - No artigo quadragésimo primeiro, Cartão de Sócio, remete para regulamento próprio, prevendo a criação de um novo cartão de sócio. ***
- O associado Rui Veiga interveio na discussão deste ponto, referindo-se ao número três, do artigo décimo primeiro, sobre o prazo para o pagamento das quotizações, tendo sublinhado que se deveria permitir o pagamento até ao último dia do mês; ***
- Américo Pereira também concorda com a opinião dada pelo Rui Veiga, reforçando a ideia de que esta norma poderá afastar os associados. Ainda questionou se os diplomas em discussão não foram enviados aos sócios, referindo, após resposta afirmativa, que os associados tiveram então tempo suficiente para apresentarem as suas propostas, uma vez que não as apresentaram atempadamente apenas deverão votar se concordam ou não; ***
- Valdemar Pedrosa refere que, em sua opinião, a proposta de alteração ao RI está bem elaborada, incute disciplina aos associados, evita Auditorias Anuais, facilitando o trabalho ao Tesoureiro. ***
- José Santos, refere que, relativamente ao número quatro, do artigo décimo primeiro sobre o acréscimo de vinte e cinco por cento, no seu caso que paga as quotizações em duas ou em três vezes ao ano, sendo ele um sócio cumpridor e de boa fé, se não deverá existir uma ressalva para estes casos. ***
- O PDN respondeu que esta norma é para acabar com comportamentos daquele tipo, pois a ASPPM tem deveres e obrigações para cumprir mensalmente, tem que fazer face às despesas. ***

---- José Pires salienta que, relativamente às quotizações, deixou de receber o comprovativo do pagamento das quotizações. ***

---- José Santos também salienta a importância do comprovativo do pagamento das quotizações. ***

---- Luís Nazaré esclarece que a emissão dos comprovativos irá roubar bastante tempo, acrescentando que o próprio estrato bancário será suficiente. ***

---- José Pires também solicita esclarecimentos sobre o recurso disciplinar apresentado à MAG, previsto no número dois do artigo dezoito, questionando quem decidirá sobre o recurso apresentado. ***

---- O PDN responde que o recurso é dirigido ao PMAG, que por sua vez o apresentará à AG para que os associados se pronunciem e decidam. ***

---- O Tesoureiro sublinha a importância para o pagamento das quotizações até ao oitavo dia do mês para que a DN possa cumprir com as suas obrigações, mas que essa condição deverá ser imposta desde já aos novos sócios. ***

---- Valdemar Pedrosa também refere que até ao oitavo dia de cada mês para o pagamento da quotização irá facilitar o trabalho do Tesoureiro e permitirá o cumprimento das obrigações da DN, ainda adiantou que o normativo poderá fazer menção a que, o documento emitido pela instituição bancária, substitui o comprovativo emitido pelo Tesoureiro. ***

---- O PDN refere que o artigo dezoito carece de um número três para criar a obrigação ao PMAG de dar seguimento ao recurso. Relativamente ao comprovativo do pagamento de quotizações refere que irá ser um grande aumento de trabalho para o Tesoureiro, terá que ser o associado a requerer esse recibo se assim o entender. Também acrescenta que a data limite para o pagamento das quotas trata-se de uma questão jurídica. ***

---- O sócio número quinhentos e trinta e dois, João Góis, nos Açores, iniciou a participação na AG. ***

---- Procedeu-se à votação da proposta de alteração ao Regulamento Interno da ASPPM, tendo-se obtido o seguinte resultado: ***

---- Sede – dez votos a favor; ***

---- Açores – três votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor. ***

---- **Alteração ao Regulamento Interno aprovada por unanimidade.** ***

---- Continuação do Quinto ponto, alínea b) discussão e votação do **Regulamento do Cartão de Sócio.** ***

---- O PDN começou por referir que este Regulamento é uma inovação que se destina a dignificar o cartão de sócio permitindo o acesso direto aos descontos e protocolos, por via da mera apresentação, sem necessidade de apresentar credenciais da ASPPM a certificar a qualidade de sócio de pleno direito, no entanto quem tiver suspensa a sua qualidade de associado será obrigado à devolução do cartão, e caso haja omissão de entrega está prevista uma sanção punível com uma multa de sessenta euros passível de cobrança coerciva. ***

---- Também foi proposto pelo PDN que fosse deliberado pela AG dois aspetos que constarão no anexo ao Regulamento referentes ao novo cartão, se a fotografia do cartão deveria ser à civil, fardado ou deixado ao critério do associado; e ainda, se no cartão deve constar uma imagem alusiva à Associação ou se deverá manter o padrão anterior. ***

---- Junta-se este Regulamento identificado como **Anexo C** à presente ata. ***

---- Abandonaram a AG os associados Rui Veiga e o Mário Rodrigues. ***

---- Após deliberação sobre o diploma em discussão, foi obtida a seguinte votação:

---- Sede – oito votos a favor; ***

---- Açores – três votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor. ***

---- **A alteração ao Regulamento do Cartão de Sócio foi aprovada por unanimidade.** ***

---- Na deliberação referente à fotografia constante no Cartão de Sócio, se o associado deverá estar à civil, obtiveram-se os seguintes resultados: ***

---- Sede – oito votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor; ***

---- Açores – um voto a favor, duas abstenções. ***

---- **Foi aprovado por maioria a colocação de foto à civil no Cartão de Sócio.**

---- Durante esta ultima deliberação foi solicitado o uso da palavra pelo ex-associado Nelson Barreto, o qual se encontrava nos Açores. Foi-lhe explicado que não poderia fazer uso da palavra na presente AG uma vez que tinha sido deliberado pela mesma a sua expulsão da ASPPM. O associado Barreiros da Silva, na qualidade de responsável pelo Conselho Fiscal, solicitou ao ex-associado Nelson Barreto que se retirasse desta AG, o que este acabou por fazer. ***

---- Também foi posto à votação da AG sobre se o Cartão de Sócio deverá ter uma imagem alusiva à ASPPM, obtendo-se o seguinte resultado: ***

---- Sede – oito votos a favor; ***

---- Açores – três votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor. ***

---- **Aprovado por unanimidade no Cartão de Sócio deverá constar uma imagem alusiva à ASPPM.** ***

---- Continuação do quinto ponto, alínea c) proposta de alteração ao **Regulamento Prémio “Agente José Marques Ferreira”**, identificado como **Anexo D** junto a esta Ata. ***

---- O PDN começou por referir que ainda que a alteração deste Regulamento seja da competência da DN, esta decidiu dar oportunidade de discussão à AG, ainda na sequência da discussão sobre este assunto na AGE de vinte e oito de setembro de dois mil e treze. As alterações mais significativas têm a haver com o valor do prémio que passa para o valor de cem euros, com as condições de candidatura que passa a ser a finalização do décimo segundo ano de escolaridade, bem como passa a existir um formulário de candidatura ao prémio. ***

---- Nenhum dos presentes manifestou interesse em intervir pelo que se passou à votação: ***

---- Sede – oito votos a favor; ***

---- Açores – três votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor. ***

---- A proposta de alteração ao **Regulamento Prémio “Agente José Marques Ferreira”** foi aprovada por unanimidade. ***

---- O associado José Pires abandonou esta AG. ***

---- Continuação do quinto ponto, alínea d) proposta de alteração ao **Regulamento de Apoio Jurídico**, identificado como **Anexo E** junto da presente Ata. ***

---- O PDN esclareceu que as alterações a este Regulamento têm como objetivo pôr cobro a abusos na assistência jurídica, face ao facto de alguns associados solicitarem essa mesma assistência para assuntos não relacionados com questões de trabalho associativo, tais como ações de divórcio ou ações contra a TMN, o que vai congestionar o trabalho do advogado da Associação. Também o acesso à assistência jurídica passa a ser formalizado à DN. ***

---- O sócio Victor Mendes (número quatrocentos e cinquenta e nove) juntou-se à AG nos Açores. ***

---- Efetuou-se a votação da proposta de alteração ao ponto em causa com os seguintes resultados: ***

---- Sede – sete votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor; ***

---- Açores – quatro votos a favor. ***

---- **Foi aprovada por unanimidade a proposta de alteração ao Regulamento de Apoio Jurídico.** ***

---- A alínea e) do quinto ponto sobre a proposta de Regulamento de Utilização da embarcação “MACARÉU” foi excluída da ordem de trabalhos face à deliberação desta AG de alienar esse património. ***

---- **Sexto ponto** – Fixação do montante das quotizações para o ano de dois mil e catorze. ***

---- Considerando a situação financeira da ASPPM, haverá um maior esforço da DN para reduzir as despesas e manter o orçamento dentro do valor das quotizações atuais, pelo que propõe a manutenção do valor da quota no valor de cinco euros.-

---- Foi posto à votação da AG a manutenção do valor da quota, obtendo-se o seguinte resultado: ***

---- Sede – sete votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor; ***

---- Açores – quatro votos a favor. ***

---- **Foi aprovado por unanimidade a manutenção da quotização no valor de cinco euros.** ***

---- **Sétimo ponto** – Fixação de Joia de inscrição e de readmissão. ***

---- O PDN esclareceu que a DN propõe a manutenção da Joia de inscrição em vinte euros, referindo que esta proposta de alteração prevê uma Joia de readmissão, preenchendo uma lacuna existente no diploma anterior. A DN propõe a fixação da Jóia de readmissão no valor de trinta euros. ***

---- Posta à votação a proposta em causa, foi deliberado pela AG o seguinte: ***

---- Sede – sete votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor; ***

---- Açores – quatro votos a favor. ***

---- **Aprovado por unanimidade a fixação da Jóia de inscrição em vinte euros e a Jóia de readmissão em trinta euros.** ***

---- **Oitavo ponto** – Fixação de taxa diária de utilização da embarcação “MACARÉU”, foi excluído da ordem de trabalhos por deliberação desta AG em alienar este património. ***

---- **Nono ponto** – Fixação de taxa de emissão de segunda via do cartão de sócio.

---- O PDN no uso da palavra referiu que a DN propõe a taxa de emissão da segunda via de cartão em quinze euros, acrescentando que será uma medida que dará mais responsabilização ao associado, dando também uma maior dignificação ao cartão. ***

---- A proposta em causa foi posta à consideração da AG, tendo-se obtidos os seguintes resultados: ***

---- Sede – sete votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor; ***

---- Açores – quatro votos a favor. ***

---- **Aprovado por unanimidade a fixação de taxa de emissão da segunda via do cartão de sócio no valor de quinze euros. *****

---- **Décimo ponto** – Seleção de candidatos ao prémio “Agente José Marques Ferreira”. ***

---- O PDN referiu que apenas concorreu a candidata Ana Sofia de Oliveira Costa Nobre de Jesus, nascida em quinze de junho de mil novecentos e noventa e oito, filha do associado Jorge Manuel Nobre de Jesus, tendo esta obtido uma classificação média de quatro valores e quarenta e cinco décimas (escala de zero a cinco), sendo a sua candidatura apresentada em onze de outubro de dois mil e treze. Assim por preencher todos os requisitos e por uma média merecedora do prémio, sendo a única candidata em concurso, o júri decidiu que é a vencedora do prémio. ***

---- **Décimo primeiro ponto** – Marcação do local de organização do vigésimo terceiro Aniversário da ASPPM. ***

---- O PDN começou por relembrar a AG que o vigésimo segundo Aniversário foi comemorado em Aveiro, o vigésimo primeiro em Cascais, o vigésimo na zona de Lisboa, o décimo nono em Lagos, ou seja, em dois anos consecutivos foi comemorado na zona centro, sendo sua opinião que será justo que o próximo aniversário seja comemorado na zona sul do País. No entanto, a realização do evento no Algarve implica que alguém colocado na zona sul se predisponha a organizar o mesmo. Ainda sugeriu que, ou seja definido o local mediante a proposta de um dos presentes na AG, ou então seja dado um voto de confiança à DN para que esta decida o local, mediante as propostas que os associados apresentem à DN. ***

---- O associado Valdemar Pedrosa sugeriu Vila Real de Santo António, uma vez que nunca foi ali realizada uma comemoração de aniversário da ASPPM. ***

---- O PDN adiantou que o associado Rui Veiga sugeriu-lhe a realização do evento na cidade de Faro, por ser um ponto mais central e de melhor acesso, tanto aos associados do Algarve, como aos que se deslocarão de outros pontos do País. ***

---- Valdemar Pedrosa sugeriu Tavira para a realização do evento, uma vez que já se realizou em Faro, no entanto poderá correr-se o risco de nenhum associado se disponibilizar para organizar. Seria de aconselhável conceder um voto de confiança

à DN para a escolha da localização no Algarve onde irão decorrer as comemorações. ***

---- Foi posto à consideração da AG o voto de confiança para a DN escolher a localização no Algarve para a realização das comemorações do vigésimo terceiro Aniversário da ASPPM, ficando deliberado o seguinte: ***

---- Sede – sete votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor; ***

---- Açores – quatro votos a favor. ***

---- Foi **aprovado por unanimidade voto de confiança à DN** para a escolha do local para a realização das comemorações do vigésimo terceiro Aniversário da ASPPM. ***

---- **Décimo segundo ponto** – Diversos (Discussão de assuntos de carácter geral com interesse para a ASPPM). ***

---- No início da AG foi solicitado pelo PDN a introdução de mais um ponto de discussão na ordem de trabalhos, inerente à alteração da fixação de um valor mínimo exigível de cobrança mensal para amortização das quotizações em dívida.-

---- O PDN esclareceu que relativamente à fixação de um valor mínimo exigível de cobrança mensal para amortização das quotizações em dívida, face à apresentação simultânea de diversas propostas na última AGE e à confusão daí gerada, não ficou claro para a DN qual o valor que ficou definido. No entanto, a proposta apresentada na última AGE pelo associado Américo Pereira, e que foi aprovada, fixava o valor de dez euros de cobrança mensal, mas uma vez que a DN já havia acordado com diversos sócios a liquidação das dívidas faseadamente no montante mínimo de cinco euros, também não esquecendo esta fase económica menos favorável, esta DN propõe a fixação do valor em cinco euros mensais. ***

---- O associado Américo Pereira esclareceu que face aos argumentos apresentados pelo PDN, não fica chocado com a proposta feita, concordando com a fixação do valor de cinco euros. ***

---- Após deliberação da AG foi obtida a seguinte votação: ***

---- Sede – sete votos a favor; ***

---- Açores – quatro votos a favor; ***

---- Madeira – quatro votos a favor. ***

---- **Aprovado por unanimidade a fixação do valor mínimo de cinco euros de cobrança mensal para amortização das quotizações em dívida.** ***

---- O PDN solicitou o uso da palavra, tendo agradecido a todos os associados que compareceram nas últimas manifestações, sobretudo aos associados que estão na Madeira que se dirigiram à Assembleia Regional. Também agradeceu a presença dos quatro associados em Ponta Delgada – Açores, sendo um facto inédito, sem desprimor pelos quatro associados presentes na Madeira e o auditório presente na Sede. ***

---- Entretanto, o associado João Góis, o qual está inserido no Grupo de Mergulhadores Forenses da PM, solicitou esclarecimentos à DN, no sentido de saber se aquele Grupo poderá solicitar um parecer ao advogado da ASPPM, sobre a obtenção de subsídio de mergulho para os seus elementos, tal como estão contemplados os mergulhadores da Armada. ***

---- O PDN referiu que aquele assunto não está esquecido, além do Grupo de Mergulhadores Forenses também os elementos da PM que integram o Grupo de Ações Táticas estão sujeitos a risco acrescido. Ainda referiu que a ASPPM não pode representar o GMF da PM, mas só os seus associados que estão inseridos nesse grupo. ***

---- Por último, a MAG pediu um voto de confiança à AG para a realização da presente ata, tendo sido aceite por unanimidade. ***

---- Deu-se por finda a Assembleia-geral pelas dezoito horas. ***

O Presidente da MAG,

O Vice-Presidente da MAG,

João Pedro Silva

Luís Vaz de Carvalho
